

NÍVEIS DE VONTADE E REDES DE DECISÃO – Dois modelos e a sua compatibilidade

Dirk Stederoth*

SÍNTESE – Neste estudo, tratarei de dois modelos que são representados através das duas metáforas “níveis” e “redes” e são de grande significado para os debates contemporâneos em filosofia da mente e teorias de decisão. Após distinguir os dois modelos de modo geral, ambos os padrões de estrutura serão analisados com referência ao problema da liberdade da vontade e do controle de ações, discutindo, na conclusão, a sua compatibilidade.

PALAVRAS-CHAVE – Modelos de rede. Modelos de níveis. Controle de ações. Decisões. Vontade. Liberdade.

ABSTRACT – In this study I treat two models which are represented through the two metaphors “levels” and “networks” and are of central importance to the current debates in philosophy of mind and decision theories. After distinguishing the two models in a general way, both patterns of structure will be investigated with reference to the problem of the freedom of the will and the control of actions, discussing their compatibility at the conclusion.

KEY WORDS – Models of network. Models of levels. Action control. Decisions; will. Freedom.

Neste ensaio, eu gostaria de me ocupar com dois modelos, daí com dois padrões de estrutura, que são representados por meio das duas metáforas “níveis” e “redes” e são, não apenas para os debates contemporâneos na filosofia da mente, de significado central. Assim, depois que os modelos, numa parte introdutória, forem distinguidos um do outro, quanto às suas características gerais, ambos os padrões de estrutura serão, nos passos segundo e terceiro, aguçados respectivamente quanto ao problema da liberdade da vontade e do controle das ações, para que, como conclusão, a sua compatibilidade seja discutida.

1 O pensar em rede e o pensar em níveis

Com respeito às duas metáforas denominadas, pode-se apontar, na metade do século 20, algo como uma mudança de paradigma. Enquanto os modelos de níveis

* Universidade de Kassel.

tinham a sua conjuntura, no início do século 20, em continuação ao pensamento evolucionista, bem como em ligação ao pensamento aristotélico de uma *scala naturae*,¹ como se deixava ver, de modo exemplar, em Nicolai Hartmann e Helmuth Plessner, e não por último ocorria, no início da década de 1920, também a “florescência do emergentismo” (cf. Stephan 1999: 3s.), entra em cena, o mais tardar em meados do século 20, uma nova metáfora de modelo, com a qual um tipo de pensamento deve ser caracterizado, pensamento este que não desenvolve estruturas em âmbitos de níveis diferenciáveis hierarquicamente, mas antes parte de estruturas de elementos igualmente legítimos e de sua mútua ligação a modo de rede. De fato, já se pode encontrar, no final do século 19, com Sigmund Exner (cf. Breidbach 1997: 25s.), um primeiro modelo de uma rede neuronal, assim como o emergentista britânico Lloyd Morgan fala, já nos anos da década de 1920, de uma “web of causal nexus”² (citado conforme Stephan 1999: 30). Contudo, como iniciadores dessa mudança de paradigma podem ser tomados, na verdade, Warren McCulloch e Walter Pitts, que, como pioneiros, desenvolveram em 1943 um neurônio modelar, o qual – mesmo que tenha sido fundamentalmente aperfeiçoado – ainda hoje apresenta a base para o modelamento de redes neuronais naturais bem como para a construção de redes neuronais artificiais. Desde então, o pensamento de rede se espalhou com rasante velocidade, tanto nas ciências quanto na linguagem do dia-a-dia e no pensar correspondente a ela, de maneira, pois, que também Manuel Castells, na sua abordagem sobre *A ascensão da sociedade em rede* (cf. Castells 2003), pode erguer o pensamento em rede e, portanto, o pensar em rede, a partir de perspectiva sociológica, como que a um paradigma das sociedades contemporâneas.

É possível indicar, por detrás de ambos esses modelos de teoria, extensas linhas de tradição da história da filosofia e do espírito. Contudo, o modelo de rede e o modelo de níveis devem, aqui, ser determinados primeiramente de modo bastante abstrato e nas suas características básicas, para que eles, então, nas partes segunda e terceira, sejam aplicados a teoremas concretos da discussão atual sobre a liberdade da vontade.

Junto à caracterização de ambos os modelos de teoria, pode-se proceder, no modo mais simples possível, mesmo que, com isso, já se tenha tomado uma certa decisão prévia com respeito à sua compatibilidade, de modo apagógico. Isso significa que, na caracterização do modelo de níveis, parte-se da estrutura de rede, e vice-versa. A caracterização *do modelo de níveis* poderia, de acordo com isso, ser a seguinte: quando todas as coisas e as suas propriedades (matérias químicas, seres vivos, fenômenos mentais) são reduzidas a unidades elementares e às relações dessas (ligações químicas a elementos atômicos, processos de vida a processos químicos, processos mentais a processos fisiológicos), tal que, com isso, essas propriedades devem ser caracterizadas meramente como formas específicas de relação entre elementos de mesmo tipo, então as diferentes propriedades teriam

¹ Isto é, de uma “escala de natureza”. N. do T.

² Isto é, de uma “rede de nexo causal”. N. do T.

de resultar das propriedades de componentes elementares, por conseguinte esses componentes elementares teriam de já carregar, em si, essas propriedades. Uma vez, pois, que coisas como propriedades mentais se diferenciam, porém, em muitos aspectos, das propriedades fisiológicas, ou em absoluto de propriedades atômicas, e que isso sugere o pensamento de que elas são fundamentalmente de outro tipo que essas, torna-se necessário, para a caracterização desses traços específicos (vivacidade, capacidade de consciência, etc.), identificar primeiramente domínios próprios. Contudo, uma vez que, em segundo lugar, não pode haver consciência sem vivacidade, não há vida sem processos químicos, etc., esses domínios específicos não podem ser simplesmente coordenados, mas precisam, sim, ser subordinados a modo de níveis, em que os níveis mais baixos a cada vez possuem características mais simples e são pressupostos pelos níveis mais elevados a cada vez, com características mais complexas. Portanto, não é o caso que todas as coisas e as suas propriedades podem ser reduzidas a elementos de mesmo tipo e à sua relação, mas sim é preciso uma subordinação de domínios a modo de níveis, para que se possa fazer jus às propriedades e características específicas (ser vivo, ser capaz de consciência, etc.).

Em contrapartida, a caracterização da *estrutura de rede* poderia ser a seguinte: quando se parte de domínios subordinados específicos e não se gostaria de pressupor, ao mesmo tempo, que, na base desses domínios, estão substâncias diferentes, pelas quais, em última instância, eles estão absolutamente separados um do outro, então tem de haver uma relação entre esses domínios. Tal relação só é possível, contudo, quando se atribui aos domínios algo comum, por onde essa relação se deixa primeiramente produzir. Uma vez, pois, que a subordinação é tal que se ascende do simples ao complexo, e, além disso, sempre é o caso que somente o simples pode estar presente no complexo, jamais, contudo, o complexo no simples, então o que é comum aos domínios pode pura e simplesmente existir no simples. Resulta, a partir disso, que uma ligação de domínios só é possível por meio da estrutura mais simples a cada vez, e tudo se deixa, por isso mesmo, reduzir, ao final, à estrutura elementar de elementos de mesmo tipo e à relação deles. De acordo com isso, todas as coisas e as suas propriedades não são, em última instância, outra coisa que formas de relação específicas, por conseguinte, constelações de unidades elementares de mesmo tipo.

Dessa argumentação apagógica, podem ser determinadas, então, as seguintes características, antinomicamente formuláveis, de modelos de níveis e de rede: modelos de rede coordenam os seus componentes, enquanto esses últimos são subordinados por modelos de níveis; modelos de níveis diferenciam qualidades, enquanto modelos de rede reduzem a multiplicidade de qualidades a qualidades simples; modelos de níveis operam com elevação de complexidade, enquanto modelos de rede são redutores de complexidade.

Do mesmo modo, na argumentação apagógica ficam evidentes as principais áreas de problemas respectivas de ambos os modelos, na medida em que uma teoria de rede tem de explicar como, de relações simples de elementos de mesmo tipo, pode ser deduzida uma multiplicidade de qualidades, sem já sempre introme-

ter essas qualidades nessas relações. Nenhuma rede por demais complicada de processos químicos pode explicar adequadamente o que caracteriza um organismo vivo, e nenhuma rede neuronal por demais complicada pode, sozinha, a partir do sistema de relações sinápticas inibitórias e excitativas, explicar o que caracteriza uma consciência. Por sua vez, uma teoria de níveis tem a sua lacuna explicativa no problema de uma ligação de diferentes âmbitos, na medida em que não é claro de que modo os domínios qualitativamente diferentes podem entrar em relação. Por isso mesmo, *in concreto* se apresentam três formas de relação: a não-relacionalidade dos níveis (Hartmann), a relação monocausal de baixo para cima (epifenomenalismo) e a relação de efeito-recíproco das teorias *downward-causation*,³ em que, para a completa disjunção, falta meramente a redução a uma causalidade direcionada para baixo, a qual, ao que tudo indica, não é considerada seriamente por ninguém.

Em suma, parece ser o caso, portanto, que nós temos diante de nós, com os modelos de rede e de níveis, na sua caracterização abstrata, dois modelos de estrutura completamente incompatíveis, e, agora, chega-se ao momento de aplicar esses modelos em teorias concretas de liberdade da vontade e de controle de ações, bem como de questionar, aqui, a sua compatibilidade.

2 Redes e decisões

Nos debates contemporâneos sobre a liberdade da vontade e o controle das ações, os modelos de rede se encontram essencialmente em dois campos: *primeiramente*, no campo da neurociência cognitiva, que se esforça por mostrar a relação de junções neuronais e seus correlatos mentais, bem como nas ciências cognitivas orientadas de modo conexionista, as quais pretendem simular e modelar, por meio de redes neuronais artificiais, aqueles processos naturais. *Em segundo lugar*, o pensamento de rede se encontra na psicologia experimental, em remissão a plexos de motivos na geração da ação, bem como no controle das ações. Parte-se, portanto, nas teorias neurocognitivas, de neurônios naturais ou também artificiais como elementos básicos, por meio de cuja ligação e ativação – daí também inibição – recíproca é gerado e conduzido um curso de ação. Nas teorias psicológicas, esses elementos básicos são motivos específicos, ou, dito diferentemente: eles são unidades motivacionais, as quais, pelas suas constelações e forças motivacionais específicas, produzem e conduzem ações.

Eu começarei com as teorias psicológicas e tentarei deixar claro o seu sentido com o uso do exemplo do processo-Molveno, dado por Dietrich Dörner. Nesse processo, não se trata de algo como uma negociação de tribunal, mesmo quando Dörner, aqui, fala por vezes de “advogados” e “partidos” (cf. Dörner 1999: 769s.). Trata-se, antes, de um processo de decisão de uma determinada pessoa, se ela deve partir ou não da localidade chamada Molveno. Deixemos o próprio Dörner se expressar: “Eu me encontro na localidade chamada Molveno, nas montanhas

³ Literalmente, teorias de “causação” ou “causalidade para baixo”. N. do T.

dolomitas do sul do Tirol. Aqui, eu participei de um curso acadêmico de verão. Amanhã, sábado, termina a academia de verão. Posso, então, viajar de volta para casa. Por outro lado, aqui é simplesmente lindo; quase não há mais turistas, o tempo, de fim de verão e de início de outono, está quente e agradável, a paisagem brilha em magníficas cores! Será que eu não deveria ficar ainda mais um dia? Eu poderia realizar, amanhã, uma caminhada mais longa às montanhas. Eu só preciso estar de volta ao Instituto na segunda-feira. Mas a minha esposa ficaria aborrecida, se eu retornasse somente no domingo. – Não, ela de qualquer forma nem estará em casa amanhã, pois ela viajará para um encontro da turma da escola. Posso tranquilamente ficar. Por outro lado, amanhã é o aniversário da minha filha. Se eu não estiver lá, a cerimônia familiar tradicional de aniversário, com bolo, velas e café da manhã festivo, não acontecerá, ou então vai acontecer de modo reduzido. Isso teria como consequência que Stephanie ficaria muito triste. Mas, mesmo assim, seria possível telefonar! Seria possível explicar para Stephanie que seria prazeroso ficar ainda mais um dia. Certamente ela entenderia! Em si, seria quase idiota deixar passar essa ocasião para férias especiais de um dia. Pois, do contrário, só se alcançam as montanhas depois de viagens longas e custosas; agora, eu as tenho diretamente em torno de mim. Certamente ela entenderia, ela diria de imediato: ‘Fica aí!’ Mesmo assim, triste ela também ficaria. Eu a conheço muito bem para saber disso. Mas, e se amanhã o tempo ficasse ruim? Nesse caso, a caminhada às montanhas iria por água abaixo. – Muito bem, mas eu poderia então viajar até Trento. Concílio de Trento... Eu sempre quis ver isso. Por outro lado: seria realmente muito apropriado ter ainda o domingo à disposição para organizar os documentos, ditar as cartas que ficaram para trás durante esta academia de verão de quatorze dias, trabalhar em publicações urgentes. Do contrário, tudo ficará bastante apertado na segunda-feira... Eu prefiro então viajar de volta para casa!” (Dörner 1999: 765s.).

Cada um de nós conhece tais processos de decisão e os realiza diariamente, e nisso, de certo, cada um afirmaria, de início, subjetivamente de si, que decisões dessa espécie são tomadas, segundo fundamental consideração, livremente. Agora, o processo de decisão – mesmo se as condições de partida exteriores fossem idênticas – por certo se daria diferentemente em cada um de nós do que o foi no processo de decisão citado. Alguns, face ao aniversário da filha, já se decidiriam talvez por retornar para casa, enquanto para outros o programa até Trento não poderia ser cancelado por cartas a serem ditadas. Segundo Dörner, esse fenômeno tem a sua base em que os motivos específicos desse processo de decisão possuem forças motivacionais diferentes, que naturalmente são formadas, em cada pessoa, de modo individual. Por meio dessas forças motivacionais respectivas, é fortalecido, então, no processo de decisão, um determinado motivo, enquanto outros são anulados, razão pela qual se produz, durante o processo de decisão, uma rede de motivos, que pode valer, com a força motivacional respectiva, como esquema explicativo para a decisão específica. Apresentado esquematicamente, o processo-Molveno pode ser visualizado do seguinte modo:

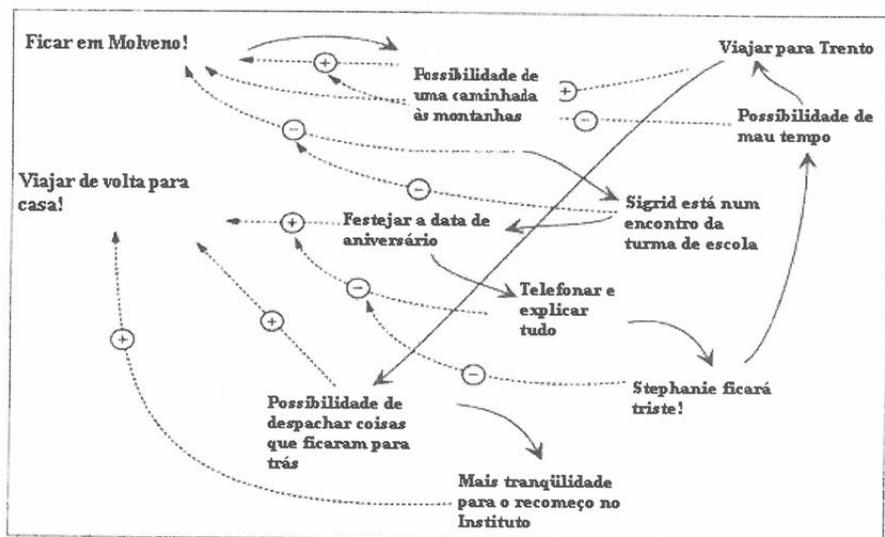


Figura 1 (Dörner 1999: 767).

De acordo com Dörner, ocorre então uma decisão, numa ou noutra direção, quando o plexo de motivos que se inibem e ativam mutuamente leva a que a distância das forças motivacionais entre ambos os motivos principais relevantes para a decisão exceda um valor de limiar específico, portanto quando um motivo central se mostra mais forte para com um valor específico do que o outro motivo (o valor $> P\alpha$ na Figura 2).

Muito embora esse processo de decisão possa ser algoritmizado (cf. Dörner 1999: 768s.) e, com isso, fundamentalmente simulado num computador, Dörner fala de uma decisão livre da vontade, na medida em que o processo-Molveno não foi decidido por uma afecção, mas sim por um processo de reflexão. Sobre isso, ofereço mais detalhes em seguida.

Caso se siga o modelo-Rubicão, de Heckhausen (cf. Heckhausen 1989: 212s.), então, com o processo-Molveno, percorremos primeiro a fase motivacional, que prepara uma decisão, e, com a resolução⁴ de voltar para casa, atravessamos o Rubicão, com o que, contudo, a fase volicional primeiramente começa – dito nos termos da tradição filosófica, tocamos primeiramente a pergunta pelo querer, daí o problema da liberdade da vontade, enquanto a pergunta pela liberdade de ação ainda ficou de fora. Essa fase volicional é antes caracterizada pelo fato de que a resolução e a sua realização são protegidas de motivos e influências, que poderiam

⁴ "Entschluss", no original. "Entschluss" pode ser traduzido também como "decisão". Mantenho, porém, o português "decisão" para a palavra alemã "Entscheidung", também usada pelo autor. N. do T.

se opor a essa realização. Pois, com a resolução de viajar de volta para casa ainda está longe de estar garantido que a pessoa envolvida chegará pontualmente para o aniversário da filha, uma vez que condições externas poderiam impedir isso (por exemplo, uma greve dos maquinistas), bem como condições internas, de modo que, por exemplo, o motivo de permanecer em Molveno, por meio da visão das montanhas, a partir de dentro do trem, leva a que a pessoa desça do trem na estação seguinte, ou também a que ela, casualmente, daí inconscientemente, perca o trem sempre de novo. Aqui, há espaço para imaginar algumas circunstâncias.

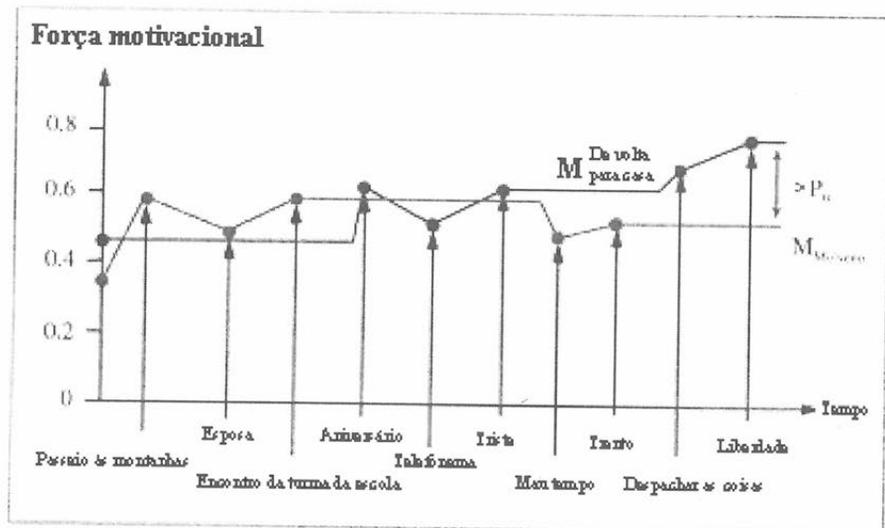


Figura 2 (Dörner 1999: 773).

Para o contexto aqui colocado, é mais importante, contudo, apontar para o fato de que há, fundamentalmente, dois modelos segundo os quais essa fase volicional deveria ser descrita. O modelo mais plausível para com a psicologia do cotidiano é o de um sujeito volicional que controla como que soberanamente a sua disposição motivacional para a resolução. No segundo modelo, em contraposição, o sujeito consciente permanece, em certa medida, como o brinquedo na rede de motivos, e isso acarretando que a fase volicional, em última análise, nada apresenta como um progresso da [disposição] motivacional, na qual os mais diferentes estímulos internos e externos tramam a rede-motivacional acima descrita, de tal maneira que, com isso, a realização da resolução depende da manutenção do valor específico de distância das forças motivacionais (no gráfico, o valor $> P_{\alpha}$).

Para começar com o último modelo, ele se encontra em amplas áreas da ciência cognitiva, bem como da neurociência cognitiva. É o caso que os experimentos – entre outros, os de Libet, sobretudo também quando se introduz no debate a

crítica legítima e a querela com a interpretação dos experimentos do mesmo autor (cf. Libet: 1985) – apontam para o fato de que não pode ser constatada uma influência do sujeito consciente no surgimento da ação, e, ao sujeito consciente, se dá apenas a aparência de que ele teria tornado válida uma influência, dá-se seguimento, então, a essa apreciação em pesquisas sobre a organização de ações, que dão a entender que não se pode falar de uma instância central para a organização de ações no córtex pré-frontal, não havendo algo como um “operating system”⁵ centralizado e em absoluto consciente nos termos de Johnson-Lairds,⁶ sistema este que, a partir do topo, envia os seus comandos para baixo, na forma de cadeias. Antes, parece ser o caso, para citar Thomas Goschke, “que, mesmo no córtex pré-frontal, não há nenhum centro de integração superior, no qual as informações convergem, a partir de sistemas de processamento comutados, mas sim que as funções executivas ‘centrais’ são mediadas por meio de uma rede dividida de áreas corticais múltiplas, ligadas uma à outra” (Goschke 1996: 624s.). Nessa rede, é preciso que haja uma organização de ação envolvida o suficiente para que possa, em absoluto, aparecer na consciência como controlada, enquanto a maioria das organizações – uma vez que automatizadas – já estão executadas antes que um impulso seja levado à consciência. Mesmo que essa teoria tenha sido apresentada, aqui, de modo rudimentarmente simplificado, parece que tudo, tanto no campo da neurociência cognitiva quanto no da psicologia cognitiva, converge para o ponto de que não há nenhuma instância de controle soberana, mas sim meramente processos complexos na forma de rede, os quais, em situações específicas e temporalmente dependentes, intermedeiam à consciência a impressão de que ela seria o ator e o controlador das suas ações.

“Então, para que ainda a consciência?”, poder-se-ia aqui perguntar, de modo um tanto simplório, mas não sem justificação. Quando, por exemplo, os psicólogos Kahnemann e Frederick põem um Sistema inconsciente 1, que opera de modo rápido, paralelo e, com isso, na forma de rede, diante de um Sistema consciente 2, que opera de modo lento e em série (cf. Sokolowski 1996: 489s.; Kahnemann and Frederick 2002: em especial 51s.), pergunta-se, sim, com toda justiça, se o Sistema 2 não pode ser amarrado à rede do Sistema 1 e, por fim, se não é redutível a ele, razão pela qual se daria, à acepção de um Sistema 2, uma justificativa somente nos termos de uma forma de descrição específica, e isso no modo mesmo que Richard Rorty crê ser menos complicado de expressar “Eu sinto dor” como a forma mais adequada [de Sistema consciente] para [se] eleger, a qual exigiria, ainda assim, uma completa descrição da estrutura neuronal correspondente para essa sensação de dor. Independentemente do fato de que não se obtenha, com tal

⁵ Isto é, “sistema operacional”. N. do T.

⁶ “Este ‘sistema operacional’ (operating system) no topo da hierarquia fixa objetivos para processadores subordinados e vigia o trabalho deles. Uma vez que ele está no topo, as suas instruções podem nomear um objetivo em forma explicitamente simbólica, por exemplo ‘levantar e ir-se’. Ele não precisa ordenar, de modo específico, contrair este ou aquele músculo. Essas instruções são formuladas de modo crescentemente mais detalhado pelos processadores subordinados, até descer às contrações de tramas musculares” (Johnson-Laird 1996: 407).

descrição completada, o conteúdo vivencial desse sentimento de dor, como o debate sobre os *qualia* mostrou, pergunta-se se não se devem atribuir características à consciência e, com ela, à atividade consciente da vontade e da ação, que destacam a consciência como um domínio específico diante dos processos inconscientes, características que, portanto, permitem primeiramente atribuir a um tal Sistema 2 a sua justificação.

O segundo modelo de descrição da fase volicional deve ser buscado agora, numa terceira seção própria.

3 Vontade e níveis

Já foi apontado, acima, que a fase volicional se caracteriza por uma proteção da realização da resolução diante de influências desviantes. De modo um tanto distinto, poder-se-iam diferenciar, com Julius Kuhl, seis estratégias de controle junto à realização de ações: 1) *controle de atenção*, que centraliza o pensamento para conteúdos relevantes à ação; 2) *controle codificado*, que orienta a direção de atenção para aspectos de ambiente relevantes à ação; 3) *controle de emoção*, que repele as disposições emocionais que perturbam as ações; 4) *controle de motivação*, que fortalece motivos que promovem a ação; 5) *controle de ambiente*, que tenta aplicar condições de ambiente que promovem a ação; 6) *economia do processamento de informação*, que afasta longos processos de análise por meio de regras de decisão simples (cf. Sokolowski 1993: 120s.).

Porém, por meio do que, para tomar novamente a questão acima, se destacam essas estratégias de controle diante dos processos organizados em forma de rede, anteriormente esquematizados? Uma aproximação a essa questão se encontra em Davison e Neale, que estabelecem como três características essenciais de técnicas de autocontrole as seguintes: *primeiramente*, antes a pessoa do que a situação controla o comportamento; *em segundo lugar*, o autocontrole é acompanhado por esforço; *em terceiro lugar*, um comportamento segue uma reflexão e uma decisão consciente.⁷ A isso se poderia contrapor de tal forma a organização de ações na forma de rede que ela é antes condicionada pela situação, ela não exige nenhum esforço (a assim chamada “experiência de fluxo”, cf. Sokolowski 1993: 118s.) e também corre, na maioria das vezes, de modo inconsciente. Essa diferenciação tem continuidade na abordagem de Kurt Sokolowski, que considera o controle volicional, em especial para tais ações, por conseguinte para tais realizações de decisões, como correspondente, ações estas que não são cobertas pela estrutura motivacional, que, portanto, resistem à estrutura motivacional, têm de vencer, com isso, obstruções internas e externas e, por isso mesmo, necessitam de um autocontrole consciente. Seguindo Sokolowski, o sujeito consciente se

⁷ “Todas as concepções de autocontrole implicam três critérios: 1. O comportamento se deixa explicar com *poucos controles externos*; 2. controlar a si mesmo é tão difícil que custa ao envolvido um *determinado esforço*; 3. o envolvido realiza o comportamento *de modo refletido e segundo decisão consciente*” (Davison und Neale 1988: 655).

serve, aqui, de uma estratégia, segundo a qual ele simula disposições motivacionais que operam positivamente na realização de decisões, e com isso apóiam motivacionalmente a realização de ação (cf. Sokolowski 1993: 116s; 1996: 488). Exemplo disso é a antecipação – face às lindas montanhas – da sensação agradável que se produzirá com a alegria da filha pela sua festa de aniversário. Para tanto, como para todos os processos volicionais, a consciência – de acordo com Sokolowski – é necessária, enquanto processos puramente motivacionais, automatizados sem resistência e que se realizam a modo de fluxo, não precisam de consciência naquela forma.

É possível, com as características descritas, propor, portanto, um nivelamento, que toca na diferenciação acima apontada entre o Sistema 1 e o Sistema 2 e vai, contudo, além dela, na medida em que, então, são acrescentados ainda âmbitos de caracterização que contradizem uma redução dos processos conscientes aos processos que correm inconscientemente na forma de rede. De fato, havia sido possível descrever a experiência do esforço como uma expressão de uma disposição motivacional específica, daí como uma estrutura neuronal específica, assim como também o estabelecer-se de decisões contra as reivindicações motivacionais poderia ser descrita como uma forma específica de estrutura motivacional, a qual tem, naturalmente, também uma base neuronal. Que ela se deixaria descrever assim, desconsiderando-se, porém, se, com isso, também pode ser explicado *por que* um motivo comparativamente fraco deve ser estabelecido, e por vezes também será estabelecido, contra a superioridade da estrutura motivacional restante – e isso é precisamente característico para o processo volicional –, parece antes improvável e possível apenas sob deturpações respectivas.

Deve-se, agora, tomar em consideração um posterior modelo de níveis, o qual, de acordo com o assim chamado modelo-Rubicão, deve ser classificado preferencialmente no domínio da fase motivacional, logo da fase que diz respeito à atividade da vontade, na verdade à concepção de volições de segunda ordem,⁸ de acordo com Harry Frankfurt.⁹ Frankfurt explica o seu conceito com o uso exemplar de dois dependentes de drogas, os quais ele caracteriza como “viciados contra a vontade” e “viciados compulsivos” (cf. sobre isso e no que segue Frankfurt [1971] 2001: 73s.). O “viciado contra a vontade” se destaca, para Frankfurt, pelo fato de que ele tem, no âmbito que o autor designa como “primeira ordem”, desejos conflitantes: um desejo de consumir as drogas e um desejo de abandonar as drogas. O traço essencial desse tipo é, contudo, que ele não se põe de modo neutro para com esses esforços, mas dá ao segundo desejo a preferência com relação ao primeiro. Para tanto, de acordo com Frankfurt, faz-se necessário, porém, uma formação de vontade de ordem superior, a qual não permanece mais meramente no

⁸ “*Stufe*”, no original alemão, também poderia, aqui e no restante desta subdivisão, ser traduzido por “nível”. N. do T.

⁹ Note-se que, aqui, se quer dizer com “volição” [am alemão: “*Volition*”] o inglês “*volition*”, que deveria preferencialmente ser traduzido como “desejo”, “vontade”, por conseguinte “decisão da vontade”, e não pode, portanto, ser confundido com o termo psicológico “volição”, o qual, no inglês, está antes presente no conceito de “*action control*”.

nível de conflito, razão pela qual são designadas por ele de “volições de segunda ordem”. Apenas essas “volições de segunda ordem” podem ser vinculadas à liberdade e à responsabilidade, dado que elas não são mais idênticas com a ordem de meras disposições de desejos, mas sim se estendem para além delas. O “viciado compulsivo”, ao contrário, permanece no primeiro nível, e permanece, de acordo com isso, neutro diante de um conflito em sua estrutura desiderativa; ele é como alguém que se deixa conduzir no fluxo dos seus motivos, e, por essa mesma razão, também não pode ser designado como livre.

Caso se compare essa reflexão com o processo-Molveno, esquematizado acima, o qual apresenta uma estrutura de rede, a abordagem de Frankfurt se torna ainda mais transparente. O sujeito que realiza o processo-Molveno, atravessa diferentes estágios da fase motivacional, nos quais se efetivam diferenças marcantes de forças motivacionais. É somente quando a diferença atinge um determinado valor que se chega à resolução, a qual, segundo Dörner, se deve caracterizar como absolutamente livre. Segundo Frankfurt, contudo, o sujeito-Molveno descrito ainda não deixou o primeiro nível, na medida em que ele se deixa conduzir no jogo cambiante de motivos distintos, até que a disposição de desejos se fixe num modo de procedimento. De acordo com Frankfurt, realmente livre seria o sujeito-Molveno somente se ele, independentemente da decisão gerada em função da disposição de desejos, pudesse mesmo se decidir, num nível mais elevado, para essa decisão. Em oposição à mencionada abordagem de Sokolowski, não é, porém, possível, segundo a concepção de Frankfurt, influenciar, a partir da ordem superior, a disposição desiderativa da ordem inferior. Nós somos livres, quando as volições de segunda ordem e as de primeira ordem estão em concordância; nós não somos livres, quando essa concordância não se dá, e, além disso, não temos nenhuma possibilidade de modificar essa concordância ausente. Ao contrário, para Sokolowski – quando se transfere, pois, a sua abordagem para a fase volicional –, dar-se-ia ao sujeito volicional, na ordem superior, a possibilidade de simular disposições motivacionais que influenciam a disposição desiderativa existente de acordo com o desejo de ordem superior. Seja se Sokolowski assentiria ou não a uma tal transferência da sua teoria, haveria, nesta teoria de transferência, a possibilidade de que o sujeito volicional pudesse tomar, pela mediação de uma simulação motivacional, decisões que vão contra a própria disposição de desejos, e se atribuiria a ele, com isso, uma liberdade ordenada que já se pode encontrar em muitas concepções clássicas, desde Agostinho até Hegel.

4 Graus de liberdade e o problema da compatibilidade

Após terem sido aplicados e expostos, pois, nas teorias concretas de decisão da vontade e de organização das ações, ambos os modelos de teoria em termos de “níveis” e “redes”, coloca-se, por fim, a pergunta de como se lida com a compatibilidade deles e de que maneira as características inicialmente apontadas como antinômicas se encontram de novo nos sistemas teóricos concretos.

Para o esclarecimento dessa questão, permaneçamos nas teorias discutidas por último. Caso se compare, portanto, o processo-Molveno de Dörner com o sujeito volicional de Sokolowski, então não apenas é o caso que, aqui, uma teoria de rede e uma teoria de níveis se defrontam, mas, além disso, apresentam-se nelas dois conceitos de liberdade que, no debate contemporâneo, sempre de novo se recusam a entrar em conciliação. O conceito de liberdade de Dörner é uma variante do compatibilismo empirista clássico de Hobbes até Hume, enquanto que Sokolowski – quando se tem presente a transferência realizada acima – parte, em última instância, de uma variante do indeterminismo, tal como este se encontra classicamente em Kant. A diferença essencial entre esses dois conceitos de liberdade reside na determinação de razões para uma decisão da vontade, daí para uma ação, na medida em que ambos partem de que há razões específicas para a decisão da vontade. Contudo, o compatibilista identifica essas razões com a estrutura motivacional, por conseguinte com a disposição desiderativa, enquanto o incompatibilista parte de que é possível gerar motivos de modo como que puramente racional, independentemente desta estrutura, e que esses motivos racionais podem ser, então, também condutores de ação.¹⁰ Supondo-se que o sujeito do pro-

¹⁰ Aqui, na verdade, ter-se-ia de apresentar um excuro mais extenso sobre os conceitos “compatibilismo” e “incompatibilismo”, por conseguinte “determinismo” e “indeterminismo”. Tal excuro, porém, caso quisesse fazer jus ao problema sequer parcialmente, se expandiria a um ensaio próprio, razão pela qual se fazem, de momento, apenas algumas curtas observações. Caso se atente para os debates contemporâneos respectivos ao tema, podem ser verificados, em especial junto a muitas teses compatibilistas, dois pontos: (1) que elas se voltam contra uma posição de indeterminismo que dificilmente se deixa verificar na tradição antes da pergunta fundamental de Moore pela possibilidade de um “poder agir diferentemente”; (2) que nelas freqüentemente se diferencia de modo muito insuficiente entre desejos, necessidades e convencimentos (racionais). Com respeito à primeira impressão, deve-se dizer, quanto aos clássicos pensadores da liberdade, aqueles que devem mesmo ser caracterizados como indeterministas (poder-se-ia colocar Kant como exemplo de fundo), que ali se tratava menos da pergunta mooreana por um “poder agir diferentemente” fundamental, isto é, independente de situações e independente de potências psíquicas, e muito mais da pergunta, se o ser humano é, nas suas decisões racionais, independente das suas potências psíquicas “inferiores” (impulsos, desejos subjetivos, etc.), ou se essas [últimas] como que prescrevem o que vem a ser a decisão racional. Tratava-se, portanto, mais de um conflito interno no domínio mental e, com isso, da pergunta se, em absoluto, as considerações racionais podem ser operativas na ação contra a pressão dos impulsos. A pergunta por um agir conduzido de modo racional é, contudo, de todo diferente da pergunta meramente abstrata por um “agir diferentemente”. A isso, então, compatibilistas responderiam, muito naturalmente, que os clássicos pensadores da liberdade também teriam de dar cabo do compatibilismo, uma vez que o compatibilismo, na sua forma contemporânea mais corriqueira, também parte da idéia de que uma ação conduzida por reflexões e convencimentos racionais é, como se diz freqüentemente aqui, determinada. Isso, no entanto, leva direito ao segundo ponto, dado que os clássicos pensadores da liberdade diferenciam rigorosamente, quanto aos motivos de determinação de uma ação, entre os diferentes âmbitos mentais, portanto entre impulsos, desejos e convencimentos racionais. Apenas para tomar um exemplo extremo: Uma ação impulsiva segue os elementos determinantes de uma estrutura impulsiva subjetiva contingente, enquanto uma ação moral, como nos termos de Kant, segue uma regra universal, fundamentada logicamente, a qual, em princípio, deve valer não só para um, mas sim igualmente para todos os seres humanos. Uma lei moral é, portanto, algo completamente diferente da lei de nossa estrutura impulsiva, a qual nos ordena uma satisfação ampla dos impulsos e das necessidades. Igualmente, uma lei moral, na qual os seres humanos *devem* se orientar mutuamente com o objetivo de organização racional das suas ações, é algo completamente diferente da lei da gravidade, a qual organiza os movimentos dos corpos celestiais. Fosse algo como o imperativo categórico de Kant, como lei

cesso-Molveno – em ligação com Kant – dissesse algo como: “não pode ser erguido ao nível de legislação universal que se imponha a própria sensação de prazer às custas da inclinação de caráter de um outro”, e se decidisse, com base nesse motivo, contra todas as resistências do próprio governo dos desejos, pela viagem de volta para casa para o aniversário da filha, ter-se-ia, então, um exemplo de como uma tal fundamentação racional poderia dar-se segundo uma regra universal. Tal fundamentação, porém, dificilmente pode ser de novo reduzida ao mero âmbito de motivação, razão pela qual ela tem de assumir um nível próprio diante daquele. Além disso, já foi acima apresentado que não se pode explicar, com a teoria de rede de Dörner, de que modo um motivo relativamente fraco pode se estabelecer contra a disposição desiderativa predominante, por conseguinte de que modo o agente movente se justifica de um tal esforço. Essas comparações apontam, primeiramente, para o fato de que, a partir da estrutura motivacional em forma de rede, características condutoras de ação específicas, como “fundamentação racional” a modo de Kant, ou mesmo “disposições motivacionais simuladas” a modo de Sokolowski, não são explicáveis, exigindo-se, por essa razão, uma subordinação de domínios diferentes determinados, os quais se poderiam designar de “âmbito motivacional”, por um lado, e de “âmbito volicional”, por outro.

No entanto, pergunta-se também, ao contrário, se uma “fundamentação racional” não tem de ser traduzida necessariamente para a “linguagem” do “âmbito motivacional”, para que possa ser, em absoluto, condutora de ação, e o discurso de Sokolowski sobre “disposições motivacionais simuladas” aponta exatamente nessa direção. Nesse caso, contudo, também a fundamentação racional não seria, na sua forma motivacional traduzida, em última instância, outra coisa que uma mera concorrente de mesmo valor no jogo cambiante de motivações, ela não seria, portanto, outra coisa que um elemento posterior no processo de decisão com disposição desiderativa. – Mostra-se, com isso, que as características apontadas na primeira parte como antinômicas também são identificáveis nas teorias concretas, assim como semelhantemente se endurecem, na comparação dessas teorias, as zonas de problemas específicas de teorias de níveis e de teorias de rede.

Poder-se-ia então dizer que, no que tange à problemática da liberdade, se trata meramente, aqui, de uma outra forma de descrição das mesmas concepções de liberdade que, nos debates atuais, podem ser encontradas por todos os lados, não estaria ali o fenômeno particular de que, em muitas teorias, modelos de níveis e de rede se mostram atrelados um ao outro. Tome-se, por exemplo, a concepção de Dörner, então é notório que ele aponta para o fato de que o processo-Molveno teria de ser descrito como livre decisão, porque ele não repousa numa reação afetiva. A estrutura motivacional do sujeito-Molveno, mesmo se ela, na forma

moral, de mesmo tipo que a lei da gravidade, então isso não apenas reconciliaria os famosos dois mundos mencionados por Kant, mas também nós teríamos, na nossa convivência humana, relações muito diferentes daquilo que de fato acontece. Para resumir: liberdade, na perspectiva de um indeterminismo clássico, não significa simplesmente algum “poder agir diferentemente”, mas sim poder orientar as ações livremente segundo motivos racionais, e não exclusivamente ser orientado por impulsos e desejos subjetivos.

atual, é mais ou menos automatizada, se formou primeiramente por meio de um longo processo, alcançou primeiramente por meio de diferentes processos de decisão e formações de hábitos aquela forma que ela apresenta agora. É bem verdade que – e isso já Aristóteles sabia com exatidão¹¹ – com essa rede de hábitos se consegue romper apenas com muita dificuldade, razão pela qual também as principais decisões diárias não são tomadas a partir de motivos racionais, mas sim de acordo com essa rede de hábitos. Contudo, essa rede deve ser, qualitativamente, diferenciada com rigor de meras decisões afetivas que correm de maneira inconsciente, as quais se formam e se realizam de modo inteiramente arbitrário.

Para resumir tudo isso brevemente: a rede-motivacional do processo-Molveno não é nem explicável a partir da nem, com isso, redutível à rede dos modelos de reação afetivos, tampouco é explicável somente a partir da aceção de uma rede-motivacional o fato de que uma decisão pode se basear em motivos puramente racionais e de que motivos relativamente fracos podem se estabelecer contra a disposição desiderativa restante. Por outro lado, um estabelecer-se de motivos racionais precisa de algo como uma tradução ao campo motivacional e está, com isso, tramado na rede deste último. Ambos os modelos se mostram, portanto, também nas teorias concretas, como antinômicos. Os dois são, contudo, claramente necessários para uma descrição adequada dos fenômenos, por conseguinte se exigem mutuamente em diversos aspectos. Em correspondência a isso, conclui-se também com respeito aos conceitos de liberdade respectivos: por um lado, parece ser o caso que concepções compatibilistas e indeterministas de liberdade não são mutuamente compatíveis; por outro lado, parece ser o caso que elas se exigem mutuamente, na medida em que uma teoria compatibilista tem de explicar de que modo uma decisão gerada motivacionalmente se prova como livre diante de um determinismo motivacional, enquanto, ao contrário, uma posição indeterminista não pode se dar sem a consideração do campo motivacional. Isso precisaria, contudo, ser detalhado particularmente numa teoria de níveis de graus de liberdade.

Pode-se, portanto, afirmar, para concluir, que é possível identificar, por um lado, uma antinomia entre ambos os modelos de teoria, por outro lado ambos os modelos parecem, contudo, se exigir mutuamente para legitimar uma descrição adequada dos fenômenos. Se e como esse problema se deixa solucionar, isso tem de ser objeto de futuras investigações. No presente texto, tratou-se meramente de apontar para um problema dos debates atuais sobre a liberdade da vontade, problema este que não deve ser, de forma alguma, deixado sem consideração.

Traduzido do alemão por Roberto Hofmeister Pich

¹¹ Cf. Aristoteles 1956: 55 [1114a]: “Assim, também o injusto e o auto-indulgente tinham, no início, a possibilidade de não serem assim – nessa medida, o seu estado de agora repousa em decisão livre –; porém, depois terem ficado assim, não têm mais nenhuma possibilidade de não serem assim”. [Traduzido do alemão. N. do T.].

Referências

- ARISTOTELES. *Nikomachische Ethik*. Übers. v. F. Dirlmeier. Darmstadt, 1956.
- BREIDBACH, Olaf. *Die Materialisierung des Ichs. Zur Geschichte der Hirnforschung im 19. und 20. Jahrhundert*. Frankfurt a. M., 1997.
- CASTELLS, Manuel. *Das Informationszeitalter. Bd. 1: Der Aufstieg der Netzwerkgesellschaft*. Opladen, 2003.
- DAVISON, G. C. und NEALE, J. M. *Klinische Psychologie. Ein Lehrbuch*, München/Weinheim,³ 1988.
- DÖRNER, Dietrich. *Bauplan für eine Seele*. Reibek, 1999.
- FRANKFURT, Harry G. Willensfreiheit und der Begriff der Person (1971). In: ders. *Freiheit und Selbstbestimmung. Ausgewählte Texte*. Berlin, 2001.
- GOSCHKE, Thomas. Wille und Kognition. Zur funktionalen Architektur der intentionalen Handlungssteuerung. In: KUHL, Julius und HECKHAUSEN, Heinz (Hrsg.). *Enzyklopädie der Psychologie Serie IV, Band 4: Motivation, Volition und Handeln*. Göttingen, p. 583-663, 1996.
- HECKHAUSEN, Heinz. *Motivation und Handeln*. 2. Aufl. Berlin/Heidelberg/New York, 1989.
- JOHNSON-LAIRD, Philip. *Der Computer im Kopf. Formen und Verfahren der Erkenntnis*. München, 1996.
- KAHNEMAN, D. and FREDERICK, S. Representativeness revisited: attribute substitution in intuitive judgment. In: GILOVICH, T.; GRIFFIN, D.; KAHNEMAN, D. (Hrsg.). *Heuristics and biases. The psychology of intuitive judgment*. Cambridge, 2002.
- LIBET, Benjamin (und Kommentatoren). Unconscious cerebral initiative and the role of conscious will in voluntary action. In: *Behavioral and Brain Sciences*. 8 (1985), p. 529-566.
- RORTY, Richard. Leib-Seele-Identität, Privatheit und Kategorien. In: BIERI, P. (Hrsg.). *Analytische Philosophie des Geistes*. Bodenheim, 1993.
- SOKOLOWSKI, Kurt. *Emotion und Volition. Eine motivationspsychologische Standortbestimmung*. Göttingen/Bern/Toronto/Seattle, 1993.
- . Wille und Bewußtsein. In: KUHL, Julius und HECKHAUSEN, Heinz (Hrsg.). *Enzyklopädie der Psychologie Serie IV, Band 4: Motivation, Volition und Handeln*. Göttingen, 1996.
- STEPHAN, Achim. *Emergenz. Von der Unvorhersagbarkeit zur Selbstorganisation*. Dresden/München, 1999.